

POLÍTICAS ESTATAIS PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA¹

Rosana Biral Leme²

Resumo: O presente ensaio, baseia-se em trabalhos de outros autores, utiliza fontes secundárias e tem como principal objetivo contextualizar a construção da Paisagem Rural no desenvolvimento da Política Agrícola brasileira. Utilizando a abordagem sobre os três períodos (1930-1945; 1946-1964; 1965-1980) considerados os mais importantes para a definição dos rumos das políticas estatais para a agricultura durante este período: observou-se que a política estatal invariavelmente busca privilegiar a aristocracia agrária, que mesmo após tantos séculos, permanece ainda inalterada em nossa sociedade e objeto dos maiores benefícios federais.

Abstract: This essay is based in works of other authors. It uses secondary sources and has as its main objective, to contextualize the building of the rural landscape in the development of the Brazilian agricultural policy. Using the approach about the three periods (1930-1945; 1946-1964; 1965-1980) considered the most important ones for the direction definitions the state policy to agriculture during such periods, it was observed that the state policy invariably searches to privilege the agrarian aristocracy that even after so many centuries, still remains unaltered in our society and object of the greatest federal benefits.

Palavras-chaves: Produção, modernização da agricultura, e descapitalização

Durante os últimos 70 anos, o Brasil transformou a sua base técnica agrícola rudimentar em um outro tipo totalmente inserido no mercado capitalista, transformando não somente o aparato técnico mas também todas as relações sociais estabelecidas no processo de produção.

¹ O presente artigo é parte da discussão realizada no relatório de qualificação para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

² Mestranda do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Presidente Prudente. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental. Profª do Depto. de Geografia da UNIOESTE – Francisco Beltrão.

Faz Ciência	Francisco Beltrão	v.3	nº 01	p. 65-79	1999
-------------	-------------------	-----	-------	----------	------

Pode-se afirmar que, grande parte do campo brasileiro adaptou suas relações de trabalho aos moldes capitalistas e modernizou-se. Mas como ocorreu este processo?

Praticamente todos os autores que trabalham com a realização de análises econômicas a partir do período de 1930, ressaltam a importância do processo de industrialização e o incentivo dado pelo Governo Federal através de políticas fomentadoras. Este apoio dado ao grande capital industrial e agrário através de privilégios e políticas protecionistas para as atividades industriais e determinadas atividades agrárias durante o período de desenvolvimento econômico do Brasil, mostra bem a opção do Governo Federal pelas Elites.

“Esse estilo de política econômica e de mediação social sustentou-se sob várias condições gerais da economia e sociedade nesse meio século. Requeria uma industrialização e urbanização rápidas, demandando mão-de-obra não especializada. Solicitava a construção de um gigante aparato fiscal e financeiro regulador da distribuição de renda e de riqueza intra elites agrárias, e destas em relação ao empresariado industrial emergente. Apoiava-se na fragilidade social e política da base da pirâmide social em comparecer à esfera pública com demandas próprias e concorrentes àquelas que constituíram o pacto da ‘modernização conservadora’.” (DELGADO, 1997)

Após a década de trinta, o Governo Federal desempenhou um papel fundamental, o de “centralizador da Política do Estado”, articulando o suprimento das necessidades do mercado interno com o desenvolvimento de um parque industrial que substituisse as importações, utilizando paralelamente, uma política de desconsideração ao pequeno produtor.

DELGADO (1997), considera este meio século da história econômica, como a história da industrialização brasileira. Durante este período ocorreu a transformação da economia Agrário-

exportadora para um outro tipo de Economia, que este autor chama de “industrial-retardatária”. Este modelo econômico associado ao processo de crescimento industrial e urbanização acelerados, resultaram na produção de uma agricultura moldada às necessidades econômicas do país, porém não uma agricultura com desenvolvimento econômico equiparado em todas as regiões.

A fim de acompanharmos o raciocínio realizado pelos autores Guilherme Costa Delgado, Tamas Szmrecsányi & Pedro Ramos, José Vicente Tavares do Santos e Bernardo Sorj, a respeito da *influência do Estado* na agricultura brasileira, compartimentaremos o período compreendido entre 1930 a 1980, em três fases, que segundo a visão destes autores, possuem particularidades que permitem a divisão do processo histórico. Estas são: o primeiro período de 1930 a 1945, o segundo período de 1946 a 1964 e o terceiro período de 1965 a 1980.

PRIMEIRO PERÍODO (1930 - 1945)

Segundo os autores SZMRECSÁNYI & RAMOS (1997), as transformações ocorridas no período compreendido entre 1930 e 1945, são resultado das políticas governamentais, que num primeiro momento, preocuparam-se em apoiar as atividades agro-exportadoras e logo após, voltaram-se para incentivar as atividades industriais, visando suprir as carências do mercado interno provocadas pela crise nas importações.

No início da década de trinta, as políticas de incentivo à produção podem ser consideradas bastante setoriais, porém na segunda metade desta mesma década, o Governo assinala com a primeira iniciativa de desenvolver uma política agrícola mais abrangente, que não privilegiasse apenas uma região e um ou outro produto. Esta política tinha como objetivo principal suprir o mercado interno, para tanto era necessário diversificar a produção agropecuária em todo o país. A grande ferramenta utilizada para alcançar esta meta foi o Crédito Rural - o CREA do Banco do Brasil.

"Este Crédito Rural público então recém instituído pôde propiciar aos agricultores três vantagens especiais: 1) a disponibilidade de recursos para o financiamento de suas atividades; 2) o estabelecimento de prazos e de outras condições adequadas à natureza específica dessas atividades; 3) a fixação de taxas de juros favorecidos, algo muito importante numa economia como a brasileira, sujeita a recorrentes surtos inflacionários." (MUNHOZ, 1982 apud SZMRECSÁNYI & RAMOS, 1997)

Esta política propiciou no período de 1938 a 1945, resultados bastante satisfatórios no setor produtivo.

Apesar da iniciativa do Governo Federal em promover a distribuição de recursos, esta realidade não chegou a ser real e amplamente concretizada. Vários motivos são apontados, por exemplo, a insuficiência de agências do Banco do Brasil pelo território nacional, a falta de recursos para o financiamento de todos os produtores e entre estes motivos, e a razão particularmente mais relevante: o fato de que em todas as épocas desde que foi criado o crédito rural a atualidade, o recurso financeiro é retirado em grandes quantidades, e apenas por grandes produtores ou proprietários, que muitas vezes atuam como intermediários para o financiamento dos pequenos produtores cobrando destes, taxas de juros muito mais altas do que as praticadas pelas agências bancárias.

Os autores SZMRECSÁNYI & RAMOS (1997) argumentam a esse respeito, considerando bastante possível que exista uma relação do aumento de parcerias e de arrendamentos nas décadas de 40 e 50, motivados por este intermédio dos maiores produtores ou dos proprietários de terras. *"A expansão da parceria e do arrendamento não capitalista observável nas décadas, de 1940 e 1950 pode ter estado vinculada a essas maiores facilidades do crédito agrícola oficial e subsidiado, pouco ou nada tendo a ver com a proclamada sobrevivência*

e reprodução de formas de produção não capitalistas." (op cit)

Porém como revela SANTOS (1997), o redirecionamento da produção agrícola fez com que as relações de trabalho tradicionais, como o colonato nas regiões cafeeiras, os agregados nas regiões com pecuária e agricultura de subsistência, de modo geral passassem a ser excluídos das grandes e médias propriedades. Aumentando dessa forma, o êxodo rural para as cidades que transformavam-se, urbanizando-se e industrializando-se rapidamente, principalmente no Sudeste, enquanto iniciava-se a expansão do assalariamento rural.

Um órgão criado em 1943 pelo Estado Nacional e que teve um papel bastante importante para os produtos regionais e auxiliando também pequenos produtores foi a Comissão de Financiamento da Produção, que fixava preços mínimos para produtos como arroz, feijão, milho, amendoim, soja, girassol, etc. Este órgão fortaleceu-se a partir de 1951, favorecendo de modo mais intenso o algodão do Sudeste e do Nordeste e produtos do Norte e Nordeste.

Os produtos agrícolas tradicionalmente cultivados não sofreram grandes alterações no período de 1930 a 1964, o que houve foi uma transformação no modo de produção de algumas culturas e que impulsionou a produção voltada para o mercado interno a partir da década de 30, foi o declínio das exportações do café.

O crescimento da produção agropecuária era baseado em técnicas mais rudimentares como a tração animal, a mão-de-obra utilizada era constituída por trabalhadores residentes no próprio local de trabalho e a prática da abertura de novas fronteiras era constante e continuou a ser realizada intensamente até a década de 60, como confirmam os censos agropecuários do IBGE trabalhados por DELGADO (1997).

Apesar da lentidão em incorporar avanços tecnológicos, a produção rural brasileira apresentou-se em crescimento até mesmo durante o período pós crise de 1929, sendo que a incorporação

destes avanços deram-se realmente a partir das décadas de 50 e 60.

SEGUNDO PERÍODO (1946 - 1964)

Esta fase que antecede o Regime Militar, destaca-se pela substituição dos produtos importados na economia nacional, pela valorização do café.

No início deste período, a política cambial brasileira desestimulava a exportação de praticamente todos os produtos, exceto o café que possuía mercado consumidor externo “garantido”, este declínio nas exportações dos produtos brasileiros não gerou crise agrícola porque foi acompanhado pelo aumento do mercado consumidor interno que passou a absorver toda produção outrora destinada à exportação.

No início da década de sessenta, a relação existente entre o setor rural e o setor industrial continuava sendo apenas a de abastecimento das necessidades das indústrias de matérias-primas, não existindo porém retorno de produtos industrializados para as atividades agropecuárias.

Segundo DELGADO (1997), havia

“três grandes focos de demandas de políticas econômicas que perfilavam as macro-relações do setor rural da época - valorização cafeeira no setor externo, com sobrevalorização cambial interna; oferta de alimentos e matérias-primas compatível com a demanda industrial e urbana; e melhoria das relações sociais de trabalho e da propriedade fundiária - convergiam no início dos anos sessenta para uma crise fiscal e financeira do setor público.”

Na década de 50, um dos principais entraves ao desenvolvimento da agropecuária no Brasil, era considerado a

insuficiência do sistema de comercialização nacional. Para suprir essa deficiência, grandes esforços foram realizados e concretizados através do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

As regiões mais beneficiadas por estas medidas foram a região Sul e Sudeste, melhorando muito a situação dos consumidores urbanos e industriais da produção agropecuária, sendo porém inexpressivo o benefício gerado aos produtores diretos deste setor. Destacaram-se as políticas agrícolas criadas pelo estado que incentivavam a produção, sobressaindo-se, a construção de obras para a infra estrutura geradas para dar suporte à melhor comercialização de produtos, tais como estradas e silos.

Enquanto a fronteira agrícola avançava, aumentava também a produtividade do setor agrícola, embora não fosse acompanhado pelo aumento correspondente de assistência técnica oferecida ao produtor ou pelo desenvolvimento de pesquisas agronômicas.

Este aumento de produção não continuou ocorrendo por muito tempo. Com a diminuição do ritmo de aumento de fronteira agrícola, a existência de alguns problemas fundamentais passaram a manifestar-se, exigindo que o governo se posicionasse quanto a eles.

Ocorre porém, que mesmo quando o Governo tomava medidas protegendo o produtor, estas acabavam sendo distorcidas e dirigidas apenas para alguns; é o caso da política de preços mínimos, que começou a operar no segundo mandato do governo de Getúlio Vargas (1937 a 1945) e ficou em vigor até 1962, através de um decreto que regia em primeiro lugar, que os preços mínimos teriam que ser obrigatoriamente estabelecidos, ao menos três meses antes do plantio (calendário agrícola), e segundo, que deveriam beneficiar *“de preferência os produtores e suas cooperativas”*.

Segundo a discussão realizada pelos autores SZMRECSÁNYI & RAMOS (1997), estas duas normas fundamentais não foram aplicadas, seja porque os preços eram estabelecidos tardiamente, seja porque beneficiava os interesses de atravessadores e intermediários agrícolas.

Houve porém no início da década de 60, uma crise de abastecimento interno, o que repercutiu fortemente no setor econômico, fazendo com que momentaneamente o interesse dos pequenos produtores fossem levados em consideração.

A facilitação da liberação de crédito para os produtores assim como o cumprimento da política de preços mínimos fizeram com que a produção agrícola atingisse uma boa margem de lucro, sem que os preços de mercado se elevassem aumentando com eles o custo de vida da população consumidora.

Porém, após a normalização das condições de abastecimento no país, o pequeno produtor foi novamente esquecido.

Até a década de 60, podemos considerar a integração existente entre os setores agrícolas e industriais bastante inexpressivos. Na análise realizada por DELGADO (1997), na qual são observados dados referentes a tratorização e consumo de fertilizantes, verifica-se que é a partir da década de 70 que passa a existir uma maior absorção dos produtos industrializados pela agricultura. Este processo de modernização da agricultura foi fomentado pelo aumento das relações existentes entre os dois setores - aumentaram as indústrias processadoras dos produtos rurais e o setor agrícola passou a consumir os produtos industrializados, formando verdadeiros complexos ou "sistemas agroindustriais" interligados. Alguns exemplos destes sistemas agroindustriais citados por DELGADO (op cit) são: o setor sucro-álcooleiro, o complexo trigo-moinhos, a indústria de óleos, rações, cereais, sucos vegetais, etc.

Os efeitos do modelo de modernização desenvolvido até então, que privilegiava alguns e excluía os demais, tornaram a situação no campo muito complexa, consolidando a situação do trabalhador rural como bóia-fria, classe social que diga-se de passagem estava até então bastante enfraquecida.

"A baixa remuneração do trabalhador rural brasileiro deve ser explicada através do processo histórico de conformação da agricultura, onde o domínio do latifúndio permitiu a imposição de baixos salários que,

por sua vez, se transformaram na base para uma produção agrícola extensiva e de baixa produtividade.”
(SORJ, 1980)

TERCEIRO PERÍODO (1965 - 1980)

Após o Golpe de 1964, o país passou por uma crise na oferta de produtos agrícolas, que segundo SORJ (1997), prolongou-se até 1967, sendo que esta crise foi contornada pelo arrocho salarial induzido pela política repressiva, que levou a uma diminuição na capacidade de consumo do trabalhador o que equilibrou o decréscimo da produção agrícola.

A entrada da agricultura no esquema da industrialização, ocorreu neste período buscando aumentar a produção suprimindo o mercado interno e externo com produtos mais baratos, o que permitiu a reprodução da mão-de-obra urbana, conservando os baixos salários e a acumulação de capital suficiente para a expansão do parque industrial.

“A ação do Estado neste contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de insumos e processamento de matéria-prima, ao mesmo tempo que mantém seu papel estabilizador entre as necessidades do mercado interno e a pressão do mercado externo, e de gerador de condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor.” (SORJ, 1980)

Este novo padrão de desenvolvimento agrícola, é baseado na exploração intensa do campo buscando aumentar a produtividade por hectare lavrado através de insumos industrializados. Porém este novo tipo de produção agrícola, não vem substituir o antigo modo de produção extensivo mas associar-se a ele, sendo ainda muito praticado atualmente.

Durante este tempo, foram estimulados processo de migração e colonização de áreas ainda não ocupadas do território nacional. Esse incentivo buscava desmobilizar as reivindicações pela Reforma Agrária que existiam naquele momento.

Segundo SORJ (1980), as fronteiras agrícolas sempre tiveram papel fundamental na história brasileira, seja como fonte de fortalecimento econômico seja como válvula de escape para a população que já não tinha condições de permanecer em sua área de origem sem causar conflitos sociais pela posse da terra.

O crédito rural foi uma ferramenta fundamental para a promoção da dita modernização da agricultura³, e a desproporcionalidade da distribuição destes recursos é uma das causas fundamentais da modernização na agricultura não ter se dado de modo racional e mais uniforme.

Apesar da importância representada pela criação do crédito rural para o desenvolvimento e modernização da agricultura, há de se realizar uma ressalva ao fato de que este crédito, foi utilizado basicamente pelos grandes e médios produtores, pois eram (e são) os únicos que conseguiam apresentar ao Banco garantias reais de pagamento da dívida contraída (hipoteca do imóvel e penhor agrícola), fato que impossibilitava e marginalizava o pequeno produtor que estava descapitalizado e que não possuía a propriedade da terra, levando este a procurar “fornecimento de recursos” com os proprietários do arrendamento e atravessadores, que lhes cobravam pelo empréstimo juros extorsivos.

A política agrícola neste período, voltou-se ao incentivo da produção através dos Institutos por produtos, abertura de créditos agrícolas, induzindo a produção através do planejamento de mercados e incentivando a utilização dos chamados pacotes tecnológicos da “revolução verde”.

³ A modernização da Agricultura pode ser considerada “como o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas, que tem por finalidade alcançar maiores índices de produtividade física e rendimento econômico. A tecnologia moderna tem como característica principal, dispêndio maior do fator capital em relação aos fatores terra e trabalho.” (PAIVA, 1971 apud GERARDI, 1980:26)

Segundo dados trabalhados por SORJ (1980), ocorreu na década de 70 uma grande expansão do consumo de fertilizantes e este aumento se deve à política Governamental de subsídios ao preço dos fertilizantes associado aos juros subsidiados para sua compra.

O ambiente agrícola transformou-se em um importante mercado consumidor dos produtos industriais, desenvolvendo-se aliás, um campo industrial específico para a agropecuária; enquanto que, o setor agrícola fortaleceu-se ainda mais como fornecedor de matérias-primas.

Trata-se do período no qual se deu a integração entre indústria e agropecuária no Brasil, exceto em São Paulo, onde este processo ocorreu um pouco antes. A realidade é que neste período são formados os complexos agroindustriais, e a partir daí, eles passam a dirigir os processos de produção em quase toda a agricultura.

“A criação de um complexo agroindustrial foi possibilitada pelo desenvolvimento e se transformou ao mesmo tempo no maior acelerador das transformações na agricultura.” (SORJ, 1980)

A agricultura independente de seu tamanho ou seu destino, passa a depender cada vez mais dos insumos e máquinas industriais. As relações de produção do campo são direcionadas para a produção do excedente e do lucro maior.

“O caráter heterogêneo da agricultura Brasileira - do ponto de vista técnico, social e regional - foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para seu abrigo as oligarquias à grande prioridade territorial e ao capital comercial.” (DELGADO, 1997)

A partir da década de 60,

“o processo de transformação das relações de produção na agricultura brasileira, sem alterar a estrutura fundiária, tem se dado na direção de: a) depurar as relações de produção capitalistas nas grandes empresas agrícolas; b) fortalecer um importante setor de produtores familiares capitalizados; c) gerar uma massa de pequenos produtores pauperizados que ficam crescentemente marginalizados pela sua baixa produtividade nos grandes circuitos produtivos. Trata-se de um processo ainda fluido, onde os processos de diferenciação não estão totalmente definidos.” (SORJ, 1980)

O principal objetivo das políticas agrícola estatais, segundo SORJ (op cit), durante toda a nossa história, foi de aumentar a nossa produção agrícola vinculando-a aos complexos agroindustriais, e as necessidades dos mercados consumidores interno e externo, e utilizou como mola propulsora desta relação o crédito rural.

Para SORJ (1980), o crescimento da produção destinada ao mercado interno, não vem se dando nas mesmas proporções que a produção voltada ao mercado externo, fato que é sinalizado todas as vezes que temos uma crise de abastecimento de produtos básicos. Este desequilíbrio pode ser explicado pela valorização e incentivo dado às produções destinadas à exportação, o que causa a marginalização de produtos considerados básicos no nosso território.

No período compreendido entre 1985 e 1990, percebe-se o afastamento da política estatal com a preocupação com o bem estar da população do campo ao mesmo tempo em que os complexos agroindustriais tornam-se cada vez mais abrangentes.

O espaço social do campo é marcado por uma forte heterogeneidade. A burguesia agrária adaptou-se as

transformações das administrações públicas, tecendo alianças conseguiram manter-se na elite agrária, fortalecendo cada vez mais o seu poder político.

Os agricultores brasileiros por sua vez, também apresentaram uma imensa capacidade de adaptação ao modelo de agricultura extipulada, já que não desapareceram, sobrevivem de forma bastante diversa uns dos outros: alguns são arrendatários, outros bóias-frias, outros vinculados à agroindústrias, outros ainda são sem terra, porém sobrevivem.

Numa história onde todas as preocupações concentram-se no lucro imediato, em que o Governo Federal quando cria políticas, tem seus objetivos direcionados a alguns poucos que manipulam a produção e a circulação destes produtos, assim como seus preços, não é de admirar-se que não exista nenhum tipo de esforço por parte deste governo em cuidar de um processo educativo, objetivando formar pessoas, produtores que pudessem utilizar os recursos naturais, estabelecendo com eles uma relação de troca por um longo prazo; mas na verdade para os donos das propriedades e para o Governo Federal, isso não é necessário, eles podem pagar pelo preço cobrado pelas indústrias por seus produtos e por novas técnicas reparadoras...

“Assim ressalta-se que as políticas públicas agrícolas do período pós 1965, acabaram sendo instrumento fundamental da modernização conservadora que se seguiu aos intentos de mudança dentro da ordem estabelecida. Do ponto de vista mais amplo, o que se teve foi uma agravamento da heterogeneidade social, uma ampliação da miséria uma secularização dos problemas oriundos do chamado setor primário, tais como o do abastecimento, da disponibilidade e dos preços dos alimentos, mesmo quando se esperava poder resolver alguns deles.” (SZMRECSÁNYI & RAMOS, 1997)

Toda a integração existente entre os setores agrícola e industrial, teve forte incentivo da expansão do crédito rural e agroindustrial que houve na década de 70, no entanto, esta integração foi enfraquecida com a diminuição do crédito rural que ocorreu durante década de 80.

É importante ressaltar no entanto, que, esta modernização e integração agroindustrial não ocorreu em todo o contexto rural brasileiro. Na verdade, DELGADO (1997), explicita o fato de que este processo ocorreu praticamente apenas nas regiões Sudeste e Sul, desenvolvendo-se na região Centro-oeste após a década de 80, sendo que as regiões Norte e Nordeste vem somente agora participar mais intensamente deste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdade é que as duas realidades convivem até hoje, e até mesmo dentro de uma mesma região, a heterogeneidade é um fator ainda constante e estas diferenças de utilização da técnica são reguladas principalmente pelo tipo de atividade agrícola que se desenvolve e pelo nível econômico de cada produtor, pois os pequenos produtores tem dificuldades em manter a qualidade do solo, adquirir insumos agrícolas, pagar pessoal, escoar sua mercadoria e depois de todos os sacrifícios, não conseguem preço no mercado.

Vejam que em nenhum momento se fala no pequeno produtor e nos produtos básicos, toda a política agrícola gira em torno da formação e manutenção dos grandes equipamentos fomentadores dos produtos considerados “nobres”.

Pois é no bojo das grandes estruturas criadas para “proteger” alguns produtos, que os agropecuaristas encontram a sua segurança, nas estruturas que regulam os recursos fiscais e financeiros.

Por mais que o sistema agrícola alcance a produtividade necessária aos interesses das relações comerciais e acumulação

capitalista, mantém dentro deste ambiente de produção, relações sociais de trabalho e estrutura fundiária incompatíveis com o modelo de desenvolvimento agrário que é adotado em várias partes do mundo e que tem como objetivo, não apenas alcançar números que expressem uma excelente produção, recordes de safra, mas onde tão importante quanto isto, é propiciar condições para que o pequeno produtor desfrute desta produção, que permaneça na terra e que dela retire o sustento e a vida digna dos filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930 - 1980. In: *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GERARDI, L. H. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In: *Geografia*. Rio Claro: CERIFA, 1980
- SANTOS, J. V. T. *Efeitos sociais da modernização da agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.
- SZMRECSÁNYI, T., RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997.